

## EUROPA

### Com impacto do BCE, bolsas fecham em cenários mistos

As principais bolsas europeias fecharam em rumos distintos nesta quinta-feira, 18, perdendo fôlego no fim da sessão à medida em que os mercados de Wall Street recuavam, com o Nasdaq carregando uma queda ao redor de 1%. O índice DAX, de Frankfurt, acabou virando e encerrou o dia em baixa. **PÁGINA 5**

## LAVA JATO

### Juiz manda prender Renato Duque, que pegou 39 anos

Agência Brasil



O juiz Alessandro Rafael Bertollo de Alexandre, da 12ª Vara Federal Criminal de Curitiba, expediu o mandado prisão do ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque na Operação Lava Jato. A ordem é datada desta quarta-feira, 17. A detenção se dá para o cumprimento da pena de três ações que já transitaram em julgado. **PÁGINA 6**

## PELOS PETS

### Comissão vai definir regras para transportes aéreos

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) instalaram nesta quinta-feira (18) uma comissão sobre o transporte aéreo de pets. O colegiado deve consolidar regras mais específicas para a presença de animais em voos domésticos e internacionais. **PÁGINA 7**

## SAÚDE

### Governo de MG fará repasse de mais de R\$ 184 milhões

O Governo de Minas vai repassar, ainda em 2024, mais de R\$ 184 milhões em recursos para fortalecer as políticas públicas voltadas para a saúde e avançar no combate às arbovirose em todo o estado. A pactuação dos valores e da destinação dos repasses ocorreu nesta quarta-feira (17). **PÁGINA 8**

## Contenção para cumprir marco fiscal

# Governo federal suspende R\$ 15 bi do orçamento

Reprodução Metrôpolis



**A**pós reunião no Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou nesta quinta-feira (18) que o governo federal fará uma contenção de R\$ 15 bilhões no Orçamento de 2024 para cumprir as regras do arcabouço fiscal e preservar a meta de déficit zero das despesas públicas prevista para o fim do ano. Desse total, segundo o ministro, R\$ 11,2 bilhões serão de bloqueio e outros R\$ 3,8 bilhões de contingenciamento. "A Receita fez um grande apanhado do que aconteceu nesses seis meses [na arrecadação]. O mesmo aconteceu com o Planejamento, no

que diz respeito às despesas. E nós vamos ter que fazer uma contenção de R\$ 15 bilhões, para manter o ritmo do cumprimento do arcabouço fiscal, até o final do ano, consistindo em R\$ 11,2 bilhões de bloqueio, em virtude do excesso de dispêndio acima dos 2,5% [de crescimento acima da inflação] previstos no arcabouço fiscal. E de R\$ 3,8 bilhões de contingenciamento, em virtude da Receita, particularmente em função do fato de que ainda não foram resolvidos os problemas pendentes [reoperação da folha de pagamento das empresas] junto ao Supremo Tribunal Federal, ao Senado Federal", explicou o ministro, em declaração à imprensa. **PÁGINA 2**

## Revisão de gastos não comprometerá programas sociais, garante Tebet

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, garantiu que a revisão de gastos do governo será feita com "inteligência, racionalidade e justiça social", sem comprometer os programas sociais. Segundo ela, os filtros aplicados no Bolsa Família já resultaram em uma economia de R\$ 12 bilhões

com o programa. Ela lembrou que, em caráter emergencial, o cadastro para o Bolsa Família foi facilitado durante a pandemia, mas que com a melhora da situação, tanto do ponto de vista da saúde como econômico, muitas pessoas puderam abrir mão do benefício. **PÁGINA 2**

## EXECUTIVO



### Ursula Von der Leyen reeleita para a presidência da Comissão Europeia

**PÁGINA 5**

## PROJEÇÃO

### Fazenda aumenta para 3,9% projeção de inflação de 2024

**PÁGINA 3**

## MERCADOS

### Ibovespa registra maior queda desde 12 de junho

**PÁGINA 3**

## FRANÇA

### Aliada de Macron é reeleita na Assembleia Nacional

**PÁGINA 5**

**IBOVESPA** 127.652,06 **↓ -1,39%**

Maiores Altas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
HAPVIDA ON NM	3,94	-2,96%	-0,12
B3 ON NM	11,17	-2,79%	-0,32
AMERICANAS ON NM	0,75	+2,74%	+0,02
COGNA ON ON NM	1,72	-4,97%	-0,09
AMBEV S/A ON ATZ	11,67	-1,27%	-0,15

Maiores Baixas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
TEKNO PN	77,00	+10,00%	+7,00
ALPHAVILLE ON NM	3,600	+7,46%	+0,250
MUNDIAL ON	15,30	+5,52%	+0,80
BRB BANCO PN	10,14	+3,47%	+0,34
COTEMINAS PN	0,93	+3,33%	+0,03

Mais Negociadas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
JOAO FORTES ON	0,20	-13,04%	-0,03
MRS LOGISTICA	26,57	-11,43%	-3,43
OI ON N1	4,64	-9,38%	-0,48
TC ON NM	0,580	-9,38%	-0,060
MARFRIG ON NM	11,22	-9,08%	-1,12

**BOLSAS NO MUNDO**

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	40.665,02	-1,29%
S&P 500	5.544,59	-0,78%
NASDAQ	17.871,22	-0,70%
DAX 30	18.354,76	-0,45%
FTSE 100	8.204,89	+0,21%
IBEX 35	11.147,50	+0,38%

DÓLAR COMERCIAL	
COMPRA	VENDA
5,587	5,587

PESO	
COMPRA	VENDA
0,006	0,006

EURO	
COMPRA	VENDA
6,088	6,089

LIBRA	
COMPRA	VENDA
7,219	7,223

OURO	
BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 436,57	2.445,09

## CONTENÇÃO

# Para cumprir marco fiscal, governo suspende R\$ 15 bilhões do orçamento

Medida é necessária para cumprir regras do arcabouço e preservar meta de déficit zero de despesas públicas

**A**pós reunião no Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou nesta quinta-feira (18) que o governo federal fará uma contenção de R\$ 15 bilhões no Orçamento de 2024 para cumprir as regras do arcabouço fiscal e preservar a meta de déficit zero das despesas públicas prevista para o fim do ano. Desse total, segundo o ministro, R\$ 11,2 bilhões serão de bloqueio e outros R\$ 3,8 bilhões de contingenciamento.

"A Receita fez um grande apanhado do que aconteceu nesses seis meses [na arrecadação]. O mesmo aconteceu com o Planejamento, no que diz respeito às despesas. E nós vamos ter que fazer uma contenção de R\$ 15 bilhões, para manter o ritmo do cumprimento do arcabouço fiscal, até o final do ano, consistindo em R\$ 11,2 bilhões de bloqueio, em virtude do excesso de dispêndio acima dos 2,5% [de crescimento acima da inflação] previstos no arcabouço fiscal. E de R\$ 3,8 bilhões de contingenciamento, em virtude da Receita, particularmente em função do fato de que ainda não foram resolvidos os problemas pendentes [reoperação da folha de pagamento das empresas] junto ao Supremo Tribunal Federal, ao Senado Federal", explicou o ministro, em declaração à imprensa.

Ele estava acompanhado das ministras Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos) e do ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa. A decisão foi tomada após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os detalhes sobre os cortes serão informados na apresentação do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, na próxima segunda-feira (22), como a queda na projeção de receitas e os aumentos de despesas. Em seguida, o governo deve editar um decreto listando as pastas afetadas pelos

## COM CUIDADO

## Revisão de gastos não comprometerá programas sociais, garante Tebet

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, garantiu que a revisão de gastos do governo será feita com "inteligência, racionalidade e justiça social", sem comprometer os programas sociais. Segundo ela, os filtros aplicados no Bolsa Família já resultaram em uma economia de R\$ 12 bilhões com o programa.

Ela lembrou que, em caráter emergencial, o cadastro para o Bolsa Família foi facilitado durante a pandemia, mas que com a melhora da situação, tanto do ponto de vista da saúde como econômico, muitas pessoas puderam abrir mão do benefício.

A ministra explicou que, da pandemia para cá, o Brasil cresceu, só no ano passado, quase 3%, e que o país se encontra atualmente com índices recordes de empregos e carteiras de trabalho assinadas. "Isso significa que muita gente que precisava do Bolsa Família não precisa mais", disse nesta quinta-feira (18), no programa Bom Dia, Ministra, produzido pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

"Fizemos um filtro e conseguimos, entre aspas, economizar R\$ 12 bilhões [com o Bolsa Família]. Não é para economizar, até porque uma parte foi para outras políticas públicas. Outra parte foi para a gente resolver esse problema do déficit fiscal", acrescentou ao garantir que grande parte desse dinheiro teve como destino a reposição de políticas públicas que tinham sido abandonadas durante o governo anterior. Ela garantiu que não há possibilidade nenhuma de o governo acabar com o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Simone Tebet reiterou que o



A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet falou sobre a questão fiscal

governo manterá todo o cuidado com a questão fiscal. "O Brasil não pode gastar mais do que arrecada", afirmou. "Mas, ao mesmo tempo, não pode gastar menos do que o necessário", acrescentou.

"Não podemos esquecer que o Brasil saiu muito empobrecido da pandemia e que muitas políticas públicas foram abandonadas. Tivemos de repor muitas políticas públicas em 2023. Foram seis anos sem atualizarmos [o valor da] merenda escolar das nossas crianças. A Farmácia Popular foi totalmente desestruturada. O Minha Casa,

Minha Vida ficou quatro anos sem um contrato novo para a faixa de quem ganha até um salário mínimo e meio", argumentou.

Na avaliação da ministra, a tarefa de sua pasta é um grande desafio, em meio a todo esse contexto. "Mas a gente faz isso com muita sensibilidade, carinho e amor, sabendo que, por trás desses números, existem pessoas e gente sofrendo. Existem crianças dormindo com fome. Portanto, o que precisamos é equilibrar", disse.

"De forma objetiva, vamos ter de cortar gastos. Mas vamos cortar gas-

tos naquilo que efetivamente está sobrando. Fraude, erros e irregularidades, ainda têm muito. Por isso, temos de fazer reformas estruturantes para poder ter [recursos] para aquilo que mais precisa. Onde mais precisa? Eu sou professora e sei. É na educação e na saúde", disse.

Com relação às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a ministra Simone Tebet disse que será preservado, mesmo que se façam necessários alguns cortes temporários, contingenciamento ou bloqueios em obras. "Nesse caso, a gente fará naquelas [obras] que não foram iniciadas. A cada 2 meses faremos revisões, podendo repor de outra forma. Mas repito, não há nenhuma sinalização de que o PAC, especialmente na área de educação e da saúde, terá corte", garantiu.

## LDO

Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que direciona o orçamento dos recursos públicos, a ministra disse que a expectativa é a de ser votada entre agosto e setembro, "sem nenhum problema" e, que, enquanto isso, "temos outra missão importante, que é a elaboração do orçamento brasileiro, para definir para onde vai cada centavo do orçamento público". O prazo de entrega ao Congresso Nacional é 31 de agosto.

"É uma conta matemática que parece simples mas não é. É uma equação onde a receita menos a despesa tem de ser igual a zero. Temos um compromisso com o país, de não gastar mais do que arrecadamos", afirmou.

cortes.

Tanto o contingenciamento como o bloqueio representam cortes temporários de gastos. O novo arcabouço fiscal, no entanto, estabeleceu motivações diferentes. O bloqueio ocorre quando os gastos do

governo crescem mais que o limite de 70% do crescimento da receita acima da inflação. O contingenciamento ocorre quando o governo ocorre quando há falta de receitas que comprometem o cumprimento da meta de resultado

primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública).

No caso do contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões, segundo Haddad, há maior possibilidade de que possa ser revisto, caso as negociações

com o Senado para a reoperação da folha de pagamento de empresas de 17 setores da economia avancem, com a aprovação da medida pelos parlamentares, em acordo com o governo.

Já a meta fiscal estabele-

cida para este ano, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é de déficit zero, com uma banda de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa projeção segue mantida, garantiu o ministro.

**Diário Comercial**

Propriedade da Editora **Diário Comercial** Ltda.

FILIADO À:  
**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

**DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA**  
Bruna Luz

**DIRETOR EXECUTIVO**  
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

**REDAÇÃO:** Vinicius Palermo • vipalermo@diariocomercial.com.br  
**DIAGRAMAÇÃO:** André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

**PUBLICIDADE: RJ** - Tainá Longo e Jerônimo Junior • comercial@diariocomercial.com.br - **SP** - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

**SERVIÇO NOTICIOSO:** Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

**IMPRESSÃO:** RRM Gráfica e Editora

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:



## ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

## REPRESENTANTE COMERCIAL

**Rio de Janeiro**  
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro  
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

**São Paulo**  
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista  
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

**Brasília**  
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS  
CEP: 70300-902 - Tel: (21) 33806038

**Belo Horizonte**  
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes  
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

**Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01**  
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 | Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770  
Telefone: (61) 999858648 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

PROJEÇÃO

# Fazenda aumenta para 3,9% estimativa de inflação em 2024

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda alterou a estimativa de inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano. A previsão consta do Boletim Macrofiscal

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda aumentou, de 3,7% para 3,9%, a estimativa de inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano. A previsão consta do Boletim Macrofiscal, divulgado nesta quinta-feira (18). Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas), o documento manteve em 2,5% a projeção de crescimento para 2024.

A previsão para o IPCA está dentro da meta de inflação para o ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%. Para 2025, a estimativa avançou de 3,2% para 3,3%.

Segundo a SPE, contribuíram para o crescimento das estimativas para a inflação os impactos da alta do dólar e das enchentes no Rio Grande do Sul sobre os preços. Os recentes aumentos na gasolina e no gás de cozinha também fizeram a estimativa ser revisada para cima.

Em relação ao PIB, a projeção de crescimento foi mantida por causa do vigor das vendas no varejo e da demanda crescente por serviços. Segundo a SPE, o aquecimento da demanda está ligado à criação de empregos, ao avanço da massa de rendimentos e à queda de juros ao longo do primeiro semestre, que se reflete em menos restrições para o crédito.



Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas), o documento manteve em 2,5% a projeção de crescimento para este ano de 2024

O documento previu crescimento de 0,6% no segundo trimestre, em relação ao trimestre anterior. Para 2025, a estimativa de expansão foi reduzida de 2,8% para 2,6%. A SPE atribui o menor crescimento no próximo ano à menor redução da Taxa Selic (juros básicos da economia).

## RIO GRANDE DO SUL

O Boletim Macrofiscal informou que as enchentes no Rio Grande do Sul impactarão o

PIB em 0,25 ponto percentual em 2024. O documento, no entanto, aponta que os efeitos sobre a economia deverão ser compensados por medidas de suporte às famílias, empresas e aos governos estadual e municipais.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que tinha pedido cuidado à equipe econômica na revisão do PIB por causa da tragédia climática no Rio Grande do Sul. "Estou pedindo parci-

mônia da Secretaria de Política Econômica na revisão do PIB, fazer com bastante cuidado. Nós estamos recebendo informações e dados que sustentariam uma reprojeção. Mas eu pedi cautela para avaliar bem se essa reprojeção deve ser feita e quando deve ser feita. Mas os dados da economia estão vindo muito bem. Isso é consistente com baixa pressão nos preços, o que é ótimo, né? Crescer com inflação controlada", declarou.

## SETORES

Apesar de manter a previsão de crescimento da economia em 2,5%, a SPE mudou a estimativa para os setores produtivos. Para a agropecuária, a variação esperada para o PIB caiu de -1,4% para -2,5%, refletindo a redução nas estimativas para a safra de soja, milho, e trigo em 2024 e os impactos da calamidade no Rio Grande do Sul.

Para a indústria, a expectativa de crescimento foi re-

sada para cima, de 2,4% para 2,6%. Segundo a SPE, a revisão reflete principalmente as maiores estimativas para o crescimento da indústria de transformação e construção no ano. A projeção para a expansão dos serviços também subiu, passando de 2,7% para 2,8%.

## INPC

Em relação aos demais índices de inflação, a SPE também revisou as estimativas. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado para estabelecer o valor do salário mínimo e corrigir aposentadorias, deverá encerrar este ano com variação de 3,65%, um pouco mais alto que os 3,5% divulgados no boletim anterior, em março. A projeção para o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que inclui o setor atacadista, o custo da construção civil e o consumidor final, passou de 3,5% para 3,6% este ano. Por refletir os preços no atacado, o IGP-DI é mais suscetível às variações do dólar.

Os números do Boletim Macrofiscal são usados no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, que será divulgado no próximo dia 22. Publicado a cada dois meses, o relatório traz previsões para a execução do Orçamento com base no desempenho das receitas e da previsão de gastos do governo, com o PIB e a inflação entrando em alguns cálculos. Com base no cumprimento da meta de déficit primário e do limite de gastos do novo arcabouço fiscal, o governo bloqueia alguns gastos não obrigatórios.

MERCADOS

# Ibovespa tem maior queda desde 12 de junho e baixa dos 128 mil pontos

Após ter retomado na quarta-feira, 18, a trajetória positiva que se estendeu de meados de junho para a primeira quinzena de julho, o Ibovespa colheu hoje a segunda perda do mês em curso, em realização de lucros mais aguda do que a de terça-feira, quando havia cedido 0,16%.

Na sessão, oscilou dos 127.522,81 aos 129.453,81 pontos, e encerrou em baixa de 1,39%, aos 127.652,06 pontos, com giro a R\$ 20,6 bilhões. Na semana, o Ibovespa passo nesta quinta-feira a terreno negativo (-0,97%), reduzindo o ganho acumulado no mês a 3,02% - no ano, o índice recua 4,87%. Em porcentual, a perda desta quinta-feira foi a maior desde o fechamento de 12 de junho (-1,40%).

Com o sinal trocado em relação ao de ontem, o dia foi de perdas bem distribuídas pelas ações de maior peso e liquidez, à exceção de Petrobras ON (+0,12%). Vale ON, como ontem, seguiu em baixa, hoje de 0,94%, enquanto entre as ações de grandes bancos as quedas chegaram a 1,88% em Bradesco ON e PN no fechamento desta quinta-feira. Na ponta perdedora, Marfrig (-9,08%), BRF (-7,88%), Azul (-7,87%) e Magazine Luiza (-5,87%). No lado oposto, além

de Petrobras ON, apareceram apenas outros três nomes - dos 86 da carteira Ibovespa - que conseguiram avançar na sessão: Embraer (+1,48%), Weg (+0,74%) e RaiaDrogasil (+0,20%).

Nesta quinta-feira, o dólar à vista fechou em alta de 1,90%, a R\$ 5,5881. "O nome do demônio, aqui, continua o mesmo: a situação fiscal, que implica também a exigência de prêmios maiores na curva de juros", observa o analista, que considera que a cautela com relação aos ativos domésticos tende a permanecer até que se conheça o relatório bimestral de despesas e receitas, no dia 22 de julho.

O dólar disparou na sessão desta quinta-feira, 18, e não apenas rompeu o teto de R\$ 5,55 como atingiu o maior valor de fechamento desde o último dia 2. O real sofreu com o ambiente externo de aversão ao risco, marcado por tombo das bolsas em Nova York e busca global pela moeda americana, que se fortaleceu, sobretudo, em relação a divisas emergentes latino-americanas.

Em alta desde a primeira etapa de negócios, o dólar acele-rou os ganhos ao longo da tarde e tocou máxima a R\$ 5,5896, em momento de perdas mais agudas de pares e em meio a rumo-



O Ibovespa oscilou dos 127.522,81 aos 129.453,81 pontos, e fechou em baixa de 1,39%, aos 127.652,06 pontos

res sobre a magnitude do bloqueio no Orçamento. No fim da sessão, a divisa era negociada a R\$ 5,5881, alta de 1,90%, o que levou os ganhos na semana a 2,89%.

Apesar dos ruídos fiscais locais, o real teve em geral perdas similares ao do peso mexicano. Quem mais sofreu foi o peso chileno, em razão do tombo das cotações do cobre. Houve certa frustração com a ausência de medidas de estímulos econômico na China, após

encerramento de reunião plenária do Partido Comunista chinês.

Os juros futuros fecharam a quinta-feira em alta, pressionados pela piora de risco fiscal ditada pelo pessimismo em torno do ajuste no Orçamento que será trazido no relatório bimestral do dia 22. Na reta final da sessão, o avanço perdeu ritmo após o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informar que a contenção será no valor de R\$ 15 bilhões. A nova rodada de dete-

rioração do câmbio também pesou sobre a curva diante do impacto que pode representar para o cenário inflacionário. A partir do meio da tarde, os rendimentos dos Treasuries passaram a renovar máximas, adicionando pressão à curva local.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,645%, de 10,608% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026 subia a 11,31%, de 11,18%

ontem no ajuste. A do DI para janeiro de 2027 subia de 11,44% para 11,57% e a do DI para janeiro de 2029 avançava de 11,78% para 11,90%.

O valor de R\$ 10 bilhões é o piso das estimativas na pesquisa realizada pelo Projeções Broadcast sobre qual deve ser o valor, cuja mediana aponta para R\$ 12 bilhões. O teto é de R\$ 25 bilhões. Porém, o ajuste total visto como necessário para que o governo atinja o máximo de déficit possível sem descumprir o novo arcabouço fiscal, ou seja, um saldo negativo de 0,25% do PIB, é de R\$ 26,40 bilhões (mediana).

No fim do dia, Haddad anunciou que a contenção será de R\$ 15 bilhões para cumprimento do arcabouço fiscal neste ano. Serão R\$ 11,2 bilhões de bloqueio, por causa de um gasto acima do limite de 2,5% previsto pelo arcabouço, e R\$ 3,8 bilhões de contingenciamento, por causa da frustração de receitas em função das pendências junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Senado, já que a decisão sobre a compensação da desoneração ficou para setembro. "Tomamos a decisão de já incorporar uma eventual perda em função desse adiamento para contemplar o arcabouço fiscal dentro da banda prevista na LDO. São R\$ 3,8 bilhões de contingenciamento e R\$ 11,2 bilhões de bloqueio, totalizando R\$ 15 bilhões", disse Haddad.

O dólar fechou nos R\$ 5,5881, com o real sendo penalizado junto com outras moedas emergentes ante o dólar e pela piora na percepção sobre as contas públicas.

## EUROPA

# Previsão do BCE impacta cenário e bolsas têm direções distintas

As principais bolsas europeias fecharam em rumos diferentes, perdendo fôlego no fim da sessão à medida em que os mercados de Wall Street recuavam

**A**s principais bolsas europeias fecharam em rumos distintos nesta quinta-feira, 18, perdendo fôlego no fim da sessão à medida em que os mercados de Wall Street recuavam, com o Nasdaq carregando uma queda ao redor de 1%. O índice DAX, de Frankfurt, acabou virando e encerrou o dia em baixa. Alguns índices tocaram máximas intradiária logo após a presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, expressar confiança em atingir a meta de inflação de 2% na zona do euro. As taxas de juros foram mantidas inalteradas na zona do euro, como era esperado.

Em Frankfurt, o DAX registrou queda de 0,45% aos 18.354,76 pontos, estendendo as perdas para a quarta sessão seguida. As ações da Siemens e Siemens Energy registraram as maiores perdas porcentuais, com quedas de 4,09% e 2,08%, respectivamente. As empresas de tecnologia também estiveram em destaque entre as principais baixas. SAP perdeu 1,43% e a Infineon caiu 1,32%. Em Wall Street, o Nasdaq voltava a ter queda acentuada após derreter na véspera diante de apreensão sobre restrições comerciais nos Estados Unidos.

Em Paris, o índice CAC 40 subiu 0,21%, aos 7.586,55 pontos, desacelerando da máxima



Índices tocaram máximas intradiária logo após a presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, expressar confiança em atingir a meta de inflação

intradária de 7.653,22 pontos. Em Londres, o FTSE-100 subiu 0,21% e encerrou o dia em 8.204,89 pontos. Na máxima, o índice foi a 8.267,78 pontos. As cotações são preliminares.

O BCE manteve a taxa depósito em 3,75%, a de refinanciamento em 4,25% e a de empréstimos em 4,50%.

Em Amsterdã, a ASML perdeu 1,57%, após tombo de 10,9% na quarta-feira. A ASM International (-2,92%) e da BE Semiconductor (-4,53%), ambas prolongando a queda da sessão anterior.

A Antofagasta também voltou a ser pressionada, ainda sobre efeito do anúncio de

corde da produção de cobre. Os papéis caíram 4,93% pesando no FTSE, de Londres.

Em Madri, o Ibex-35 subiu 0,38%, fechando em 11.147,50 pontos. O PSI 20, de Lisboa, subiu 0,34%, a 6.789,09 pontos. Em Milão, o FTSE Mib avançou 0,43%, aos 34.529,13 pontos. As cotações são preliminares.

As bolsas asiáticas fecharam sem direção única nesta quinta-feira, 18, com parte delas afetadas pelo tombo das ações de tecnologia em Nova York ontem e as de Xangai e de Hong Kong aguardando o resultado de uma reunião de líderes chineses.

O foco do mercado foi fabricantes de chips após a Bloom-

berg noticiar que os EUA consideram aplicar as restrições mais severas disponíveis se empresas como a japonesa Tokyo Electron e a holandesa ASML continuarem dando à China acesso à tecnologia avançada de semicondutores.

Liderando as perdas na Ásia, o índice japonês Nikkei caiu 2,36% em Tóquio, a 40.126,25 pontos, com tombos de 8,7% da Tokyo Electron e de 6,1% do SoftBank Group, que também é relevante na área de chips.

Já o Taiex recuou 1,56% em Taipé, a 23.398,47 pontos, após o ex-presidente dos EUA Donald Trump criticar a dominância de Taiwan na produção de semicondutores, em entrevista esta semana à Bloomberg Businessweek. Apenas a TSMC, maior produtora de chips do mundo, teve queda de 2,43%.

Em Seul, o sul-coreano Kospi cedeu 0,67%, a 2.824,35 pontos, também pressionado por ações de chips e do setor automotivo.

Nesta quinta-feira em Nova York, o índice Nasdaq, que concentra empresa de tecnologia, sofreu uma queda de 2,77%, em seu pior desempenho diário desde dezembro de 2022.

Na China continental, por outro lado, os mercados ficaram no azul, com investidores à espera de eventuais medidas de estímulos do chamado Terceiro Plenário, reunião de quatro dias da liderança do Partido Comunista chinês que se encerra nesta quinta. O Xangai Composto subiu 0,48%, a 2.977,13 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto avançou 0,33%, a 1.604,59 pontos. Na mesma tom, o Hang Seng registrou alta de 0,22% em Hong Kong, a 17.778,41 pontos.

Na Oceania, a bolsa australiana terminou o dia em baixa, após atingir recorde no pregão anterior, à medida que fortes dados domésticos de emprego geraram temores de que o banco central do país, o RBA, possa voltar a elevar juros antes de começar a cortá-los. O S&P/ASX 200 caiu 0,27% em Sydney, a 8.036,50 pontos.

## GRÃOS

## IGC amplia projeção de safra global para 2,321 bilhões de toneladas

O Conselho Internacional de Grãos (IGC, na sigla em inglês) aumentou em 9 milhões de toneladas sua previsão para a produção global de grãos em 2024/25, para 2,321 bilhões de toneladas, com melhores perspectivas de rendimento do trigo e do milho. Se confirmado,

seria o maior volume já registrado. A projeção ficou acima do estimado para 2023/24, de 2,299 bilhões de toneladas.

O IGC também ampliou a projeção de consumo mundial de grãos em 2024/25, de 2,321 bilhões de toneladas para 2,324 bilhões de tone-

ladas. Para 2023/24, a perspectiva foi de leve crescimento para 2,313 bilhões de toneladas. Quanto aos estoques, o Conselho ampliou a estimativa em 2024/25 em 4 milhões de toneladas, para 586 milhões de toneladas, enquanto para 2023/24 houve redução de 2

milhões de toneladas, para 589 milhões de toneladas.

As projeções de soja em 2024/25 foram mantidas, com produção estimada em 415 milhões de toneladas, com consumo global de 404 milhões de t e estoques de 79 milhões de t. Para 2023/24, a perspectiva

para a produção foi mantida em 392 milhões de t, enquanto a projeção de consumo foi ampliada em 2 milhões de toneladas, para 384 milhões de t. Os estoques foram estimados em 69 milhões de t, 1 milhão de t a mais que a projeção anterior.

Quanto ao milho, o conselho elevou a estimativa de produção de 2024/25 em 2 milhões de t, para 1,225 bilhão de t. O consumo também foi ampliado, em 2 milhões de t, para 1,230 bilhão de t, estimou o IGC. Já a perspectiva para o estoque foi reduzida de 281

milhões de t para 278 milhões de t. Para 2023/24, a previsão de produção subiu para 1,224 bilhão de t, com consumo de 1,222 bilhão de t e estoques de 282 milhões de t.

Em relação ao trigo em 2024/25, o IGC elevou em 8 milhões de t a projeção de produção, a 801 milhões de t. Na temporada, a projeção é de consumo de 802 milhões de t e estoques de 269 milhões de t. Para a temporada 2023/24, a estimativa de produção foi mantida em 793 milhões de t, com consumo de 804 milhões de t e estoques de 270 milhões de t.

## PELO MUNDO

## TRABALHO INTERMITENTE É CONSTITUCIONAL?

por  
Suelen Escariz



Mestre em Ciências Jurídico-Políticas - Menção em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra, servidora pública no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP)

**O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL** (STF) vai retomar os trabalhos em agosto com uma pauta de processos importantes na área do direito do trabalho que podem acirrar o embate entre Judiciário e Legislativo pela intervenção dos ministros em temas que o Congresso trata com omissão.

**UM DOS PROCESSOS QUE DEVE** ser iniciado é a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 73) que aponta a demora do Congresso Nacional em regulamentar dispositivo da Constituição Federal que confere aos trabalhadores urbanos e rurais o direito social à proteção em decorrência da automação. A ação foi distribuída ao ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF.

**OUTRO TEMA QUE ENTRARÁ EM** debate no próximo mês e será votado em plenário é o que trata da constitucionalidade (ou não) das alterações promovidas pela Reforma Trabalhista no âmbito do contrato de trabalho intermitente.

**O PLENÁRIO VIRTUAL DO** Supremo

Tribunal Federal havia suspenso o julgamento após pedido de destaque do ministro André Mendonça.

**A LEI 13.467/2017** regulamentou, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o contrato de trabalho intermitente. A modalidade, com relação de subordinação, ocorre com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, que podem ser determinados em horas, dias ou meses. A regra é válida para todas as atividades, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria. A ação que os ministros analisam foi ajuizada pela Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo (Fenepetro).

**POR ENQUANTO, APENAS** os ministros Edson Fachin e Rosa Weber votaram. O relator, Fachin, votou pela inconstitucionalidade do trabalho intermitente e Rosa Weber acompanhou o voto com ressalvas.

**“É PRECISO RECONHECER QUE** a figura do contrato intermitente, tal como

disciplinado pela legislação, não protege suficientemente os direitos fundamentais sociais trabalhistas”, disse Fachin.

**COM ORIGEM NA INGLATERRA**, a modalidade teve aderência e legislações específicas na Espanha, em Portugal, na Itália e até mesmo nos EUA. Vale ressaltar que as legislações comparadas, em regra, garantem mais segurança ao trabalhador quando comparadas à legislação brasileira.

**ENQUANTO NA ITÁLIA ESSE** tipo de contratação fica, em regra, condicionada à forma coletiva, por exemplo, e na Espanha também há previsão mínima de trabalho/remuneração, no Brasil há ampla liberdade quanto à contratação, quanto ao tipo de atividade (com exceção aos aeronautas), não havendo previsão mínima de trabalho/rendimentos.

**NESSE SENTIDO, O STF** irá decidir em plenário acerca da constitucionalidade do contrato de trabalho intermitente, uma vez que compreende-se não haver uma proteção suficiente aos direitos sociais trabalhistas, não

havendo fixação de horas/rendimentos mínimos a receber.

**NESTA MODALIDADE, A CADA** período de prestação de serviço, o empregado receberá o pagamento imediato das parcelas: remuneração, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário proporcional, repouso semanal remunerado e adicionais legais.

**A DIGNIDADE DA PESSOA** humana é fundamento da República Federativa do Brasil, conforme art. 1º, III, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas também contempla entre os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o de n.º 8, com a promoção do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente.

**A CONSTITUIÇÃO TAMBÉM** prevê direitos à proteção e irredutibilidade do salário (X, VI, VII), dentre outros que devem ser considerados na análise da constitucionalidade do contrato de trabalho intermitente, especialmente o Princípio da vedação ao retrocesso social.

EXECUTIVO

# Ursula Von der Leyen é reeleita para a presidência da Comissão Europeia

Após votação secreta, a alemã obteve 401 votos a favor, 284 contra, 15 abstenções e sete votos nulos, muito acima da maioria absoluta que precisava. Em 2019, ela tornou-se a primeira mulher a presidir o Executivo

Os eurodeputados votaram nesta quinta-feira (18) a favor de um segundo mandato de cinco anos para Ursula von der Leyen como presidente da Comissão Europeia, o braço Executivo dos 27 países da União Europeia.

Após a votação secreta, a alemã de 65 anos obteve 401 votos a favor, 284 contra, 15 abstenções e sete votos nulos, muito acima da maioria absoluta que precisava. Em 2019, ela tornou-se a primeira mulher a presidir o Executivo europeu.

A ex-ministra da Defesa da Alemanha se impôs em diversas crises desde então. Depois da pandemia de covid-19, iniciou um gigantesco plano de recuperação europeu financiado por dívida conjunta.

Após a invasão russa da Ucrânia, mostrou o seu apoio a Kiev e definiu uma estratégia para escapar da dependência energética da Rússia.

A presidente da Comissão aspira ser uma garantia de estabilidade diante das disputas comerciais com a China, do possível retorno de Donald Trump à Casa Branca e das guerras na Ucrânia e no Oriente Médio.

Nesta quinta-feira, em um discurso em inglês, alemão e francês antes da votação, ela definiu como prioridades o aumento da concorrência e o fortalecimento dos investimentos em indústrias-chave e de defesa.

Também defendeu "uma Europa forte" em um "período de grande ansiedade e incerteza" diante de "demagogos e extremistas que destroem o nosso modo de vida europeu".

Outra conquista do seu primeiro mandato foi o ambicioso



Em um discurso Von der Leyen definiu como prioridades o aumento da concorrência e o fortalecimento dos investimentos em indústrias-chave e de defesa.

Pacto Verde, ainda em curso, para descarbonizar a indústria e o transporte e que alguns acusam de impor muitas obrigações às empresas e aos agricultores.

Nesta quinta-feira, definiu como meta para 2040 uma redução líquida de 90% nas emissões para combater a mudança climática. Prometeu também um "plano de habitação acessível" para casas pre-

cárias com, pela primeira vez, um comissário específico dedicado ao assunto.

Em nome da "competitividade", prometeu reforçar os investimentos em indústrias-chave e apelou à "neutralidade tecnológica" para não desqualificar a energia nuclear.

Von der Leyen reafirmou também a sua defesa do uso de combustíveis sintéticos nos

automóveis após 2035 e insistiu nos interesses dos agricultores, seguindo as exigências dos eurodeputados conservadores.

O primeiro-ministro trabalhista do Reino Unido, Keir Starmer, disse que espera "trabalhar em estreita colaboração" com Von der Leyen.

Após as eleições de junho, o Partido Popular Europeu (PPE, direita), do qual faz parte,

continua tendo a maioria no Parlamento com 188 eurodeputados, ante 136 social-democratas (S&D) e 77 liberais (Renew Europe).

A grande coalizão destes três partidos foi suficiente para renovar o mandato de Von der Leyen, que, no entanto, incluiu nos seus planos o Pacto pelo Oceano exigido pelos eurodeputados ambientalistas.

"O nosso apoio não é um cheque em branco (...) a nossa preocupação com as questões sociais terá de se refletir em todas as políticas dos próximos cinco anos", alertou a líder do grupo social-democrata, a socialista espanhola Iratxe García Pérez.

Von der Leyen também prometeu à Câmara fortalecer a Frontex, a agência da UE responsável pelas fronteiras, e triplicar o número de guardas de fronteira e costeiros.

Uma promessa dirigida ao PPE, mas também ao grupo de extrema direita Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), do qual faz parte o partido Fratelli d'Italia da primeira-ministra italiana de extrema direita, Giorgia Meloni.

O outro grupo de extrema direita no Parlamento Europeu, Patriotas pela Europa, que reúne o Reagrupamento Nacional (RN) da França e o partido húngaro Fidesz do primeiro-ministro Viktor Orbán, relutante em apoiar a Ucrânia contra a invasão russa, provavelmente não fará parte da maioria parlamentar.

Nesta quinta-feira, Von der Leyen acusou Orbán de "fazer o jogo" do presidente russo, Vladimir Putin, com sua recente visita a Moscou para uma "suposta missão de paz".

No seu discurso, propôs também a criação do chamado Escudo Europeu da Democracia. "A União precisa de uma estrutura própria dedicada à luta contra a manipulação de informação e a interferência estrangeira", afirmou.

Von der Leyen, mãe de sete filhos, que já foi considerada uma possível sucessora de Angela Merkel na Alemanha, acabou por se estabelecer em Bruxelas, onde nasceu e foi criada.

FRANÇA

# Candidata de Macron é reeleita presidente da Assembleia Nacional

Os deputados franceses reelegeram nesta quinta-feira (18) Yael Braun-Pivet, candidata do presidente Emmanuel Macron, para presidir a Assembleia Nacional, a câmara baixa, que ficou fragmentada em três grandes blocos após as eleições legislativas antecipadas nas quais nenhum partido conseguiu maioria absoluta.

A votação, ocorrida em três rodadas, se estendeu por quase seis horas e é um sinal negativo para a coalizão de esquerda Nova Frente Popular (NFP), que apesar de ter o maior número de assentos não conseguiu entrar em consenso para propor um candidato a primeiro-ministro.

A votação foi precedida por intensas negociações entre os partidos políticos, em meio a um ambiente tenso, enquanto a França se prepara para sediar os Jogos Olímpicos, que começam em 26 de julho.

Braun-Pivet, presidente em exercício da câmara baixa do Parlamento, foi reeleita com 220 votos, contra o candidato comunista André Chassaigne da NFP, que obteve 207, e o da extrema direita Sébastien Chenu, com 141.

O resultado da votação desta



Os deputados reelegeram Yael Braun-Pivet na Assembleia Nacional

quinta-feira é crucial, já que oferece uma primeira visão das alianças que poderiam ser formadas pelos partidos para construir uma maioria e influenciar na formação de um novo governo.

As eleições legislativas em dois turnos, 30 de junho e 7 de julho, deixaram um hemisfério fragmentado, no qual a NFP – uma aliança de esquerda que inclui socialistas, comunistas, ecologistas e o partido de esquerda radical A França Insubmissa (LFI) – ficou em primeiro lugar com 193 deputados, mas longe da maioria absoluta de 289 assentos. A aliança de centro-direita de Macron (164 assentos) ficou em segundo lugar, enquanto a extrema-direita con-

seguiu 143 representantes. A lei estipula que a votação ocorre em três rodadas – nas duas primeiras é necessária maioria absoluta dos votos, mas na terceira basta maioria relativa.

Na primeira rodada, o comunista Chassaigne ficou em primeiro lugar; e na segunda, após a retirada de dois candidatos aliados ao partido de Macron, a candidata governista conquistou a primeira colocação, mas sem maioria absoluta, o que levou a uma terceira rodada.

Macron parabenizou Braun-Pivet pela reeleição e elogiou sua "responsabilidade republicana".

"Todos que a conhecem sabem que ela velará pelo res-

peito à pluralidade das opiniões e pela expressão da diversidade de sensibilidades", disse o presidente na rede social X.

A reeleição de Braun-Pivet, de 53 anos, define o tom em que se desenvolverá a nova legislatura.

Após a votação, Chassaigne afirmou que "o voto dos franceses" nas eleições legislativas "foi roubado" por uma "aliança antinatural" entre o partido presidencial Renascimento e a direita.

O ultradireitista Chenu, do partido Reagrupamento Nacional (RN), liderado por Marine Le Pen, considerou que a eleição de Braun-Pivet "desrespeitou a vontade dos eleitores" e foi uma "vitória das artimanhas".

Chenu também criticou uma aliança "antinatural entre os macronistas e Os Republicanos" (LR), argumentando que este partido conservador fez campanha afirmando ser oposição ao presidente.

O cargo de presidente da Assembleia Nacional consiste principalmente em organizar e moderar os debates, mas como a quarta figura mais importante do país, também possui alguns poderes constitucionais cruciais.

ESTADOS UNIDOS

# Obama acredita que Biden deve reconsiderar candidatura



O atual presidente Joe Biden ao lado do ex-presidente, Barack Obama

O ex-presidente americano Barack Obama disse a pessoas de seu entorno que Joe Biden deveria reconsiderar sua candidatura à reeleição, informou nesta quinta-feira (18) o jornal The Washington Post.

Obama acha que as chances de vitória de Biden, de 81 anos, diminuíram e que ele deveria "considerar seriamente a viabilidade de sua candidatura", afirma o jornal, citando fontes próximas ao ex-presidente.

Obama, de quem Biden foi vice-presidente entre 2009 e 2017 e que ainda exerce bastante influência no Partido Democrata, não reagiu à publicação da notícia.

Desde o desempenho desastroso de Biden no debate com seu adversário republicano

Donald Trump em junho, cresce o número de membros do Partido Democrata que pedem ao presidente para desistir de concorrer à reeleição.

Biden foi diagnosticado com covid-19 e está isolado em sua casa de praia no leste dos Estados Unidos. Por ora, ele insiste em permanecer na corrida à Casa Branca, mas a pressão só tem aumentado.

Os líderes dos democratas no Senado e na Câmara dos Representantes, Chuck Schumer e Hakeem Jeffries respectivamente, teriam se reunido com Biden nos últimos dias para alertá-lo de que sua candidatura também ameaça o desempenho do partido nas eleições legislativas, que ocorrem junto com o pleito presidencial.

## JUSTIÇA

# Juiz manda prender Renato Duque, condenado a 39 anos na Lava Jato

Inicialmente, a Justiça Federal expediu um mandado de prisão que indicou que as penas a que Duque foi condenado somavam 98 anos, 11 meses e 25 dias de prisão. O órgão indicou que houve um erro de digitação no documento

O juiz Alessandro Rafael Bertollo de Alexandre, da 12ª Vara Federal Criminal de Curitiba, expediu o mandado de prisão do ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque na Operação Lava Jato. A ordem é datada desta quarta-feira, 17.

Inicialmente, a Justiça Federal expediu um mandado de prisão que indicou que as penas a que Duque foi condenado somavam 98 anos, 11 meses e 25 dias de prisão. A Justiça Federal indicou que houve um erro de digitação no documento e que uma nova ordem será expedida.

O valor correto da pena imputada a Duque, conforme despacho assinado pela juíza Carolina Lebbos no dia 12 é de 39 anos, dois meses e 20 dias, em regime fechado.

A detenção se dá para o cumprimento da pena de três ações que já transitaram em julgado, ou seja, processos em que já não há mais possibilidade de Duque recorrer. Nessas ações, o ex-diretor da Petrobrás foi sentenciado às seguintes penas:

- 28 anos, cinco meses e dez dias de reclusão, em regime fechado, por corrupção - supostas propinas em cinco contratos da estatal com a Andrade Gutierrez, envolvendo a Refinaria Gabriel Passos, o Centro Integrado de Processamento de Dados, a Refinaria Landulpho Alves, Refinaria de Paulínia e subestações elétricas do Com-



A detenção se dá para o cumprimento da pena de três ações que já transitaram em julgado, ou seja, processos em que não há mais possibilidade de recursos

plexo Petroquímico do Rio de Janeiro;

- 13 anos, 9 meses e 24 dias de reclusão, em regime fechado, por corrupção e lavagem de dinheiro - supostas propinas da Odebrecht em cinco contratos, envolvendo a Refinaria Getúlio Vargas, a Refinaria Abreu e Lima e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

- 3 anos, 6 meses e 15 dias, em regime aberto, por corrup-

ção - propina de R\$ 100 mil de representante da empresa Saipem em contrato para instalação do gasoduto submarino de interligação dos Campos de Lula e Cernambi, em Santos, sendo que o dinheiro chegou a Duque em razão de o operador ter sido assaltado;

As penas de Duque, somadas, chegavam a 45 anos, nove meses e 19 dias de reclusão. No entanto, considerando o tempo

que Duque ficou preso - cinco anos e 15 dias - e as atividades que o ex-dirigente da Petrobras realizou na prisão, com vistas a remissão de pena (um ano, seis meses e 14 dias), a pena foi calculada em 39 anos, dois meses e 20 dias.

A defesa pedia que a prisão de Duque não fosse decretada antes que a Justiça Federal resolvesse "questões apuradas no âmbito da Operação Spoo-

ing". Segundo os advogados do ex-chefe da Petrobras, tais questões poderiam "redundar na anulação de condenações" proferidas pela 13ª Vara Federal de Curitiba, base da Lava Jato. O pleito, no entanto, foi afastado pela Justiça Federal paranaense.

A defesa também chegou a pleitear o reconhecimento de benefícios em razão da delação espontânea do réu da Lava Jato - a determinação que que hou-

vesse a progressão de regime após cinco anos de prisão. O entendimento da Justiça Federal de Curitiba, no entanto, foi o de o Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou reconhecer a colaboração no bojo dos processos, restringindo os efeitos da delação a apenas uma das ações de Duque.

No último dia 12, a defesa do ex-dirigente da Petrobras chegou a ser intimada a se manifestar sobre uma quarta condenação, a 36 anos e onze meses em regime fechado, por corrupção, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

O ex-diretor de Serviços da Petrobras confessou em juízo (veja vídeos), que era homem do PT no esquema de apadrinhamento de diretores da Petrobrás para arrecadação de propinas em grandes contratos da estatal.

Duque protagonizou momento emblemático na Lava Jato quando foi preso, em 14 de novembro de 2014, bradou: "Que País é esse?". Três meses depois, o ex-diretor de Serviços da Petrobras foi preso. Ele foi solto por ordem do STF em dezembro do mesmo ano.

Depois, em março de 2015, Duque voltou a ser preso, preventivamente. Cinco anos depois, Duque deixou o cárcere por ordem do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, após o Supremo Tribunal Federal derrubar a prisão em segunda instância. A partir de tal dia, passou a usar uma tornozeleira eletrônica, medida que só foi revogada em abril de 2023.

## ELEIÇÕES 2024

## Bolsonaro diz que Ramagem 'paga preço alto' por 'ousadia'

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou nesta quinta-feira, 18, que o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e pré-candidato à prefeitura do Rio de Janeiro, "paga um preço alto pela ousadia" de querer governar uma cidade como o Rio.

"O Ramagem, delegado da Polícia Federal, que eu conheci na transição em 2018, já começa a pagar um preço alto pela sua ousadia de querer, pensar, sonhar em administrar uma cidade com respeito, com honradez e com orgulho", afirmou o ex-presidente durante um ato de pré-campanha na Tijuca, na zona norte do Rio. Bolsonaro chegou à Praça Saens Peña, na Tijuca, por volta das 11h. Ele se juntou a Ramagem, ao senador Flávio Bolsonaro, ao governador do Rio, Cláudio Castro (PL), e a aliados bolsonaristas em um trio elétrico estacionado em uma das ruas de acesso ao local.

O ato começou com a participação de deputados estaduais, vereadores e lideranças do PL fluminense. Ramagem, Castro e Flávio Bolsonaro adotaram a mesma narrativa de perseguição. Outra estratégia adotada pelo grupo foi voltar a reforçar o discurso ideológico que levou Bolsonaro à Presidência, com declarações contra o aborto, a descriminalização das drogas e a ideologia de gênero.

A reafirmação de apoio a Ramagem ocorre três dias após o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal



O ex-presidente da República Jair Bolsonaro, ao lado de Ramagem durante ato realizado na capital fluminense

(STF), retirar o sigilo do áudio de uma reunião em que o ex-presidente, o general Augusto Heleno (então chefe do Gabinete de Segurança Institucional) e o ex-chefe Abin discutem um plano para anular o inquérito das "rachadinhas" - investigação que fechou o cerco ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho "01" do ex-chefe do Executivo.

Bolsonaro atribuiu o avanço das investigações à "perseguição" contra ele e seus aliados. Desde que o caso veio à tona, o ex-presidente tem investido na narrativa.

"Quando se fala em 2026, temos que passar por 2024. Todos aqueles que estão ao meu lado sofrem perseguição. Pagam um preço alto por ombrearem comigo. Vocês sabem como somos perseguidos. Até baleia

colocam na minha frente", discursou Bolsonaro a apoiadores.

O ato durou pouco mais de 40 minutos. O ex-presidente ainda cumpre agenda nesta quinta-feira em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Nesta sexta-feira, 19, Bolsonaro volta a se encontrar com Ramagem em Campo Grande, na zona oeste da cidade.

A três meses das eleições municipais, o atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), aparece com 53% das intenções de voto em levantamento do Datafolha divulgado em 5 de julho. Ramagem vem em seguida, mas com 9% - uma diferença de 44 pontos percentuais.

Nesta quarta-feira, 17, Flávio Bolsonaro divulgou um vídeo nas redes sociais em que o pai anunciava os compromissos públi-

cos no Rio ao lado de Ramagem nestas quinta e sexta-feira, 19. O gravação de apoio põe fim às especulações sobre uma possível troca de candidato na disputa pela prefeitura do Rio nas eleições deste ano e é considerado uma vitória de Flávio, o principal articulador da campanha de Ramagem.

O senador é tido como a ponte entre Ramagem e Bolsonaro e o principal defensor da candidatura do aliado. Como mostrou o Estadão, o ex-presidente se irritou com Ramagem após a informação de que a Polícia Federal encontrou o áudio da reunião, mas que o PL pretendia manter a candidatura de Ramagem mesmo com o avanço das investigações que apuram um suposto esquema de espionagem ilegal na Abin.

## DEPOIMENTO

## Ramagem entrega ex-assessores no caso da Abin Paralela

O ex-diretor-geral da Abin, delegado de Polícia Federal Alexandre Ramagem, depôs por mais de seis horas à Polícia Federal no Rio na quarta, 17, e atribuiu a dois ex-assessores a responsabilidade pela atuação da Abin Paralela - monitoramento de ministros do STF, políticos e jornalistas no governo Bolsonaro.

Ao tentar se esquivar de responsabilidade pela estrutura clandestina, Ramagem indicou os nomes do policial federal Marcelo Araújo Bormevet e do sargento do Exército Giancarlo Gomes Rodrigues - ambos presos desde quinta-feira, 13, na Operação Última Milha.

Ramagem foi bombardeado com perguntas - mais de 100. Um dos tópicos da oitiva foi o áudio tornado público na segunda-feira, 15, no qual o hoje deputado federal e pré-candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro orienta a defesa de Flávio Bolsonaro sobre o melhor caminho para um questionamento da conduta dos auditores fiscais responsáveis pelo relatório de inteligência que colocou Flávio na mira dos investigadores.

A declaração vai de encontro com a apresentação de 187 páginas da PF pela abertura da quarta fase da Última Milha. No documento, os investigadores dizem que Ramagem teria determinado o monitoramento dos três auditores fiscais autores do RIF.

A ação clandestina era "urgente" e foi determinada "seguindo o modus operandi da organização criminosa para descobrir 'podres e relações políticas' dos auditores", segundo a PF. O levantamento ilegal deveria ser "jogado num word somente", o que, segundo os investigadores, revela o caráter de extra-oficialidade da ação.

A PF encontrou os diálogos em que o agente de Polícia Federal Marcelo Araújo Bormevet e o militar Giancarlo Gomes Rodrigues - integrantes do Centro de Inteligência Nacional (CIN) da Abin e auxiliares de Ramagem - tratam das pesquisas envolvendo os auditores da Receita. Segundo a PF, as diligências foram realizadas em novembro de 2020. Os achados foram repassados a Ramagem em dezembro daquele ano.

O caso chegou a ser apurado em uma sindicância. A PF disse que Ramagem "parece ter faltado com a verdade em seu depoimento na condição de testemunha pois não considerou a diligência de achar podres e relações políticas com a confecção de dossiês dos servidores da Receita".

LOGÍSTICA

# Comissão do governo federal definirá regras para transporte aéreo de pets

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) instalaram colegiado para consolidar regras mais específicas para a presença de animais em voos

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) instalaram nesta quinta-feira (18) uma comissão sobre o transporte aéreo de pets. O colegiado deve consolidar regras mais específicas para a presença de animais em voos domésticos e internacionais. A comissão tem 30 dias de prazo para apresentar a conclusão dos trabalhos.

A iniciativa é um desdobramento decorrente do Caso Joca, amplamente divulgado no país. O cão, da raça golden retriever faleceu em 22 de abril após ser embarcado para um destino errado, no porão do avião, onde permaneceu por várias horas além do previsto.

Durante a cerimônia, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho lembrou a morte do cão e disse que ao final dos trabalhos o colegiado deverá se debruçar sobre um marco legal sobre o tema, que poderá ser implementado por meio de resoluções, portarias e, também iniciativas de projetos de lei a serem apresentadas no Congresso Nacional.

“A gente verificou que as legislações na Europa, Estados Unidos e em outros países têm um déficit real de normas que dialoguem com a agenda de proteção animal, de transporte aéreo, de segurança e o Brasil pode dar um exemplo para muitos países no mundo”, disse o ministro, que destacou que a pasta deve trabalhar para também definir regras para o transporte marítimo de pets.



Uma das ações prevista pela comissão é a análise das quase 3,4 mil contribuições encaminhadas pela sociedade durante consulta pública instaurada pela Anac

A comissão será coordenada pela Anac e contará com a participação de representantes de empresas aéreas, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) dos ministérios da Agricultura e Pecuária, da Saúde, de Direitos Humanos e da Cidadania e de Portos e Aeroportos.

“Essa legislação tem que ser feita, até porque as companhias aéreas não podem agir da forma como elas agem, elas fazem o

que querem com a gente”, disse João Fantazzini, que era tutor de Joca e participou da cerimônia de lançamento da comissão. “Não dá para aceitar mais isso. A forma como o Joca foi levado, foi fora da realidade, foi muito grave, foi uma crueldade muito grande e isso precisa ser mudado. Elas [as companhias aéreas] têm que seguir uma legislação bem rígida de transporte de animais, até porque eles fazem parte da nossa família”, continuou.

Uma das ações prevista pela comissão é a análise das quase 3,4 mil contribuições encami-

nadas pela sociedade durante consulta pública instaurada pela agência reguladora após o caso Joca. As colaborações, recebidas pela Anac, incluem sugestões de médicos veterinários, entidades da sociedade civil, associações, empresas aéreas e profissionais do setor de aviação.

Entre as sugestões apresentadas estão desde o rastreamento dos animais, presença obrigatória de veterinários em aeroportos, transporte dos animais nas cabines das aeronaves, prioridade para os animais no embarque e desembarque,

entre outras.

O diretor-presidente da Anac, Tiago Pereira, afirmou que a construção da política regulatória vai contemplar o bem-estar dos animais. Segundo a Anac, mais de 80 mil pets são transportados em aeronaves no Brasil anualmente.

“A gente tem aproveitado o engajamento do João [Fantazzini] para tentar melhorar a nossa regulação, para tentar considerar todos os aspectos relativos ao transporte aéreo de animais, para garantir conforto, segurança, bem-estar para

os animais e também garantir acessibilidade para quem pretende utilizar esse serviço”, frisou Pereira.

**Caso Joca**  
No dia 22 de abril, Joca embarcou em São Paulo com destino a Sinop, em Mato Grosso, em uma viagem que duraria duas horas e meia. Mas, por um engano da companhia aérea, o animal foi levado para Fortaleza. Quando o erro foi percebido, Joca foi enviado de volta a São Paulo. Nesse trajeto, que durou cerca de oito horas, ele não resistiu e morreu.

A Polícia Civil de Guarulhos concluiu que o cachorro Joca morreu dentro do avião da Gol que o transportava de Fortaleza para São Paulo. O caso ocorreu em abril. O animal, da raça golden retriever, foi vítima de um erro no transporte aéreo. O inquérito foi entregue à justiça.

O laudo necroscópico constatou que as causas da morte do cão foram estresse e desidratação que provocaram problemas cardíacos.

Além de processar a empresa aérea Gol, responsável pelo transporte de Joca, pelo ocorrido, o tutor de Joca tem feito campanhas alertando as autoridades como a Anac e a Secretaria Nacional do Consumidor, para que regulamentem o transporte de animais pelas companhias aéreas.

As contribuições serão consolidadas para construção de uma política regulatória para ter clareza daquilo que será necessário para garantir segurança, bem-estar, mas também o acesso das pessoas ao serviço de transporte aéreo de animais.

CRÉDITOS

## Governo libera R\$ 1,28 bilhão para ações de apoio ao Rio Grande do Sul

O governo federal autorizou a abertura de novos créditos extraordinários no valor total de mais de R\$ 1,28 bilhão para as ações de recuperação do Rio Grande do Sul, após as enchentes que atingiram o estado. A abertura dos créditos consta de duas Medidas Provisórias (MPs) publicadas nesta quinta-feira (18), no Diário Oficial da União. A primeira, a MP 1.244/24, abre crédito no valor de R\$ 1.253.601.800,00 e a segunda, a MP 1.243/24, no valor de R\$ 27.163.242. O crédito extraordinário não impacta os resultados fiscais previstos na LDO 2024, em função do reconhecimento do estado de calamidade pública.

Segundo a Casa Civil, uma das principais justificativas para a autorização do novo crédito extraordinário é assegurar as integralizações de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a cobertura das operações contratadas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), cujas condições para a concessão dos empréstimos foram divulgadas no início de maio.

“Pelo Pronaf, a agricultura familiar no RS conta com descontos de 30% sobre o valor financiado, limitado a R\$ 25 mil por beneficiário em municípios em estado de calamidade pública e R\$ 20 mil em municípios em situação de emergência. Para agri-



O Rio Grande do Sul teve várias cidades arrasadas pelas fortes chuvas que castigaram o estado em maio

cultores de médio porte, o Pronamp está oferecendo descontos de 25% sobre o valor financiado, limitado a R\$ 50 mil por beneficiário em municípios em estado de calamidade pública e R\$ 40 mil em municípios em situação de emergência”, informou a Casa Civil.

De acordo com a pasta, os valores também serão direcionados para outras ações, como o diagnóstico situacional de estradas e barragens, com levantamento em campo e elaboração de projeto básico; no levantamento das perdas e danos nas

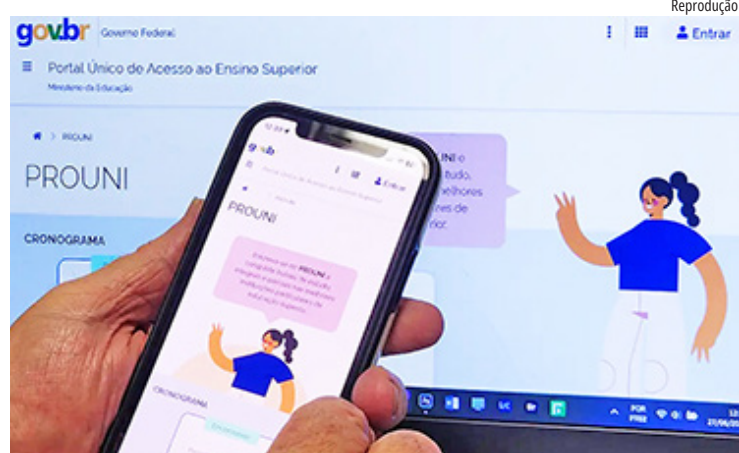
habitações; no diagnóstico das perdas em territórios quilombolas rurais; para apoiar na reconstrução das regiões e das comunidades afetadas; assegurar a realização de novas medidas de proteção e defesa civil; nas despesas decorrentes do adiamento da realização das provas do Concurso Público Nacional Unificado; no plano de ação de recuperação dos acervos do Arquivo Nacional atingidos pelas inundações; e em reparos e substituições de equipamentos e instalações do edifício do Banco Central em Porto Alegre.

Além dessas ações, há também a autorização de aplicação dos recursos extraordinários para equipamentos, mobiliários e infraestrutura da Justiça do Trabalho e do Ministério Público Federal, da Procuradoria da Justiça Militar de Porto Alegre, além das sedes da Procuradoria Regional da República da 4ª Região e da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul.

Com a adição do novo valor, são R\$ 94,98 bilhões destinados para apoiar o estado no enfrentamento à grave calamidade decorrente das enchentes.

PROUNI

## Inscrições começam na próxima terça-feira



Na semana que vem alunos poderão se inscrever no Prouni 2º semestre

As inscrições para o processo do 2º semestre do Programa Universidade para Todos (Prouni) poderão ser feitas entre os dias 23 e 26 de julho, segundo edital do Ministério da Educação (MEC). Serão ofertadas mais de 243 mil bolsas para esta edição do programa. A inscrição deve ser feita pelo Portal Único de Acesso ao Ensino Superior.

As inscrições são gratuitas e os resultados com os pré-selecionados do Prouni do 2º semestre de 2024 serão divulgados no dia 31 de julho, em primeira chamada, e 20 de agosto, em segunda chamada.

Quem não for selecionado, pode entrar na lista de espera, manifestando interesse entre os dias 9 e 10 de setembro. A lista de espera estará disponível no dia 13 de setembro no Sistema do Prouni (Sisprouni). Para participar do Prouni, o estudante tem que ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2022 ou 2023 e com nota mínima de 450 pontos na média das cinco provas, além de nota

acima de zero na redação. As inscrições são gratuitas.

O interessado também deve ter renda familiar por pessoa que não ultrapasse um salário mínimo e meio para bolsas integras e até três salários mínimos para bolsas parciais, que cobrem 50% dos custos no ensino superior.

O MEC deve publicar, ainda nesta quinta-feira (18), as informações detalhadas sobre oferta de bolsas, local, cursos, turnos e instituições participantes na página do Prouni na internet. Para se inscrever, o participante tem que ter cadastro no Login Único do governo federal e criar uma conta no portal.gov.br. Caso já esteja cadastrado, basta realizar o login com o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a senha. Criado em 2004, o Prouni oferta bolsas de estudo (integrais ou parciais) em cursos de graduação e de formação específica em instituições de educação superior privadas. O Prouni ocorre duas vezes ao ano e tem como público-alvo o estudante sem diploma de nível superior.

## SAÚDE

# Governo de MG repassará mais de R\$ 184 mi para aprimorar serviços

O governo mineiro vai repassar, ainda em 2024, recursos para fortalecer as políticas públicas voltadas para a saúde e avançar no combate às arboviroses em todo o estado.

O Governo de Minas vai repassar, ainda em 2024, mais de R\$ 184 milhões em recursos para fortalecer as políticas públicas voltadas para a saúde e avançar no combate às arboviroses em todo o estado.

A pactuação dos valores e da destinação dos repasses ocorreu nessa quarta-feira (17), durante a 309ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Minas Gerais (CIB-SUS/MG), que conta com a participação de membros da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) e do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais (Cosems-MG).

A utilização dos Consórcios Intermunicipais de Saúde foi colocada em pauta na reunião como uma estratégia inovadora no enfrentamento à dengue, zika e chikungunya. Serão repassados mais de R\$ 28 milhões para os consórcios com o objetivo de tornar o tempo de resposta mais rápido para as solicitações, com o uso do inseticida a Ultra Baixo Volume (UBV Veicular).

“Com essa estratégia, garantiremos 100% dos municípios que solicitem o



A pactuação dos valores e da destinação dos repasses ocorreu nessa quarta-feira (17), durante a 309ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite de Minas

fumacê possam recebê-lo em até um mês após o requerimento. Isso assegura maior rapidez na resposta, sem perder o controle técnico”, explicou o secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais, Fábio Baccheretti.

O presidente do Cosems-MG, Edivaldo Faria da Silva Filho, agradeceu o apoio e enfatizou a relação de parceria entre a SES-MG e o conselho. “A construção das políticas tem sido feita de forma conjunta e transparente. Assim, estamos avançando e

ajustando as ações para atender melhor às necessidades dos municípios”, destacou. Do total de R\$ 184.229.918,00 pactuados durante a reunião, serão feitos os seguintes repasses:

- R\$ 980.148,00 destinados para a Política de Serviço de Referência Estadual de Integração da Linha de Cuidado da Saúde Auditiva da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD), cujo beneficiário é o Centro Mineiro de Reabilitação Auditiva (Cemear), em Belo Horizonte.

- R\$ 145 milhões para fortalecer a Política da Atenção Primária à Saúde beneficiando os 853 municípios mineiros.

- R\$ 10.199.770,00 para complementar a cota da Política de Custeio aos Centros Colaboradores, beneficiando os municípios de Viçosa, Contagem e Jequitinhonha.

- R\$ 28.050.000,00 para os Consórcios Intermunicipais de Saúde realizarem o combate às arboviroses nas 28 Unidades Regionais de Saúde (URS) do Estado com a utilização do

inseticida a Ultra Baixo Volume (UBV veicular).

Durante a reunião foi aprovado o Programa de Apoio Técnico às Ações de Vigilância Sanitária Municipal, via Consórcio Público de Saúde (Programa Visa-CIS). A partir dessa política, será realizada a formação de equipes multidisciplinares nos Consórcios para apoio técnico aos municípios na execução de ações de Vigilância Sanitária.

Será possível fixar profissionais de Vigilância Sanitária nos territórios, a partir da consti-

tuição de estruturas administrativas no âmbito dos consórcios, harmonizar as ações e procedimentos por intermédio da regionalização e implementação de sistema de gestão da qualidade, com o fortalecimento da Vigilância nos municípios, bem como no âmbito do Sistema Estadual, por meio de diretrizes, requisitos e normas.

O programa será implementado em toda a área de abrangência das URS, em três modalidades que vão variar conforme o número de municípios vinculados a cada Regional. Serão aplicados mais de R\$ 40 milhões entre despesas de custeio e investimentos, como compra de mobiliários, equipamentos, etc.

“São ações que envolvem, por exemplo, coleta para análise de água de hemodíalise. Dessa forma, fica viabilizado acesso a esse tipo de serviço, o que ajuda a superar algumas das dificuldades enfrentadas pelo município quando atua sozinho”, esclareceu Baccheretti.

Outro ponto de destaque da reunião da CIB foi a política do Transporta SUS, com o anúncio da extensão do prazo, até 16/8/2024, para que os municípios e consórcios enviem a documentação necessária para adesão e posterior pactuação na CIB em níveis micro e macrorregional.

Durante a CIB, também foi apresentado o Relatório Materno Infantil de 2022, que apontou para um retorno do patamar da Razão de Morte Materna (RMM) a indicadores anteriores à pandemia da covid-19. Enquanto em 2019 a RMM foi de 45,14 para cada 100 mil nascidos vivos, em 2021 o índice foi para 95,42. Já em 2022, houve recuo para 47,66.

Em relação à mortalidade infantil, a taxa foi de 11,4 por mil nascidos vivos em 2022.

## REGISTRO EMPRESARIAL

### Paraná fecha semestre com saldo de 68 mil empresas

O Paraná fechou o primeiro semestre de 2024 com saldo positivo de 68.473 empresas, o que representa crescimento de 3,37% em relação ao mesmo período de 2023 (66.243), de acordo com o relatório da Junta Comercial do Paraná (Jucepar) divulgado nesta sexta-feira (12). O número é a diferença das 157.411 aberturas e os 88.938 fechamentos.

Levando em consideração apenas as aberturas, o aumento foi de 7,90% em relação ao mesmo período do ano passado, quando 145.890 empresas foram constituídas. O Paraná fecha o semestre com mais de 1,7 milhão de empresas ativas.

O ranking de novas empresas é liderado pelos Microempreendedores Individuais (MEIs), com 116.101 novos empreendimentos (73,76%),

seguido das empresas LTDA, com 37.970 (24,12%), e de Natureza Jurídica Empresário, com 2.814 (1,79%).

Dos empreendimentos abertos, junho apresentou um aumento de 346 novas empresas em relação ao mês anterior, fechando com 24.995 aberturas, frente às 24.649 instituições abertas em maio.

“Esse crescimento contínuo na economia paranaense é demonstrado pelo empreendedor, na credibilidade do atual governo estadual, assim como na eficiência da Junta Comercial do Paraná com os órgãos licenciadores”, avalia o presidente da Jucepar, Marcos Rigoni.

Das 35.023 empresas constituídas (sem contar MEI) no primeiro semestre do ano, 6.632 já foram classificadas como de baixo risco no Paraná – equivalente a 18,94%.

### Jucerja e Fecomércio RJ assinam termo de cooperação de 5 anos

O Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja), Sérgio Romay, e o Presidente da Fecomércio, Antonio Florencio de Queiroz Junior, assinaram, na quarta-feira (17), a renovação por cinco anos do termo de cooperação para manutenção dos postos avançados da Junta Comercial nos sindicatos filiados à Fecomércio RJ.

Atualmente, são 11 postos nos Sindicatos dos municípios de Niterói, Três Rios, Cabo Frio, Nova Friburgo, Miguel Pereira, Valença, Barra do Pirai, Volta Redonda, Teresópolis, Angra dos Reis e Barra Mansa.

Os postos avançados da

JUCERJA estão habilitados a receber processos de constituições, alterações e distritos de empresas de todos os tipos jurídicos. Também atendem empresários e contadores para dúvidas de procedimentos e cumprimento de exigências.

A secretária interina de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro, Fernanda Curdi, recebeu em seu gabinete Sérgio Romay, e os representantes da Caixa Econômica Federal, a superintendente executiva de governo, Anna Carolina Alvim, o gerente de carteira PJ, Luiz Fernando Martins, e a supervisora Thaís Paixão.



O encontro visou avaliar o andamento das atividades e discutir estratégias para aprimorar processos

### Jucepe realiza reunião de monitoramento com gestores

O presidente em exercício da Junta Comercial do Estado de Pernambuco (Jucepe), Paulo André Rabelo, reuniu os gestores da autarquia para uma reunião de monitoramento.

O encontro teve como objetivo avaliar o andamento das atividades e discutir estratégias para aprimorar os processos internos. Paulo André destacou a importância da integração entre os setores para alcançar resultados mais eficientes e garantir a qualidade dos serviços prestados.

Durante a reunião, os gestores apresentaram relatórios sobre suas respectivas áreas, abordando desafios e progressos. Foram discutidas também medidas para melhorar a colaboração entre os setores.

A iniciativa visa fortalecer a governança da Jucepe alinhando as ações da autarquia com as necessidades dos usuários e

as diretrizes estabelecidas pelo Governo de Pernambuco.

A constância dessas reuniões é vista como fundamental para manter todos os setores alinhados e engajados no desenvolvimento das ações. Paulo André enfatizou que o monitoramento contínuo é crucial para identificar e resolver problemas de forma ágil, além de promover a transparência e a eficiência na gestão.

“A reunião reforça o compromisso da Jucepe com a melhoria contínua e a busca por excelência na prestação de serviços à população pernambucana”, concluiu o presidente em exercício da JUCEPE.

Na noite da última terça-feira (16), o presidente em exercício da Junta Comercial de Pernambuco (JUPEPE), Paulo André Rabelo, participou de evento na Câmara Municipal de Abreu e Lima, onde o vogal da JUPEPE, representante da Fecomércio, Evandro Alves de Lima, foi homenageado.

### Minas fecha 1º semestre com alta de 12% no número de empresas

O volume de empresas abertas em Minas Gerais, no primeiro semestre deste ano, totalizou mais de 48 mil (48.155), superando em 12,4% o número verificado no mesmo período do ano passado (42.843). A média de novos negócios criados por dia no estado aumentou para 266, contra 238 do mesmo intervalo em 2023.

Avanço semelhante teve o mês de junho, que encerrou com 8.158 novos negócios formalizados em todas as regiões do estado, alta de 11,86% no comparativo com junho do ano passado (7.293). Os dados compõem o balanço divulgado hoje (17/7) pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg), vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG).

“Essa movimentação de negócios em Minas reforça a credibilidade do estado como um território atrativo para o empreendedorismo. Na oportunidade, parabenizamos também a Jucemg pelos 131 anos de atividade, com mais de 1 milhão de empresas ativas em sua base de dados, sempre apoiando o Governo de Minas nas ações para melhorar e simplificar o ambiente de negócios no estado”, afirma o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio.

Conforme o relatório da Jucemg, o viés de alta se confirmou na maior parte das regiões de Minas no primeiro semestre, na comparação com o primeiro semestre de 2023, com destaque para Noroeste (19,11%).



FUTURO

Debate na Fiesp avalia oportunidades da descarbonização para a indústria



Reunião conjunta do Conselho Superior de Desenvolvimento Sustentável e do Departamento de Desenvolvimento Sustentável

As oportunidades da descarbonização para a indústria brasileira foram o tema da reunião conjunta do Conselho Superior de Desenvolvimento Sustentável (Condes) e do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp, na quarta-feira (17/7).

Ao abrir o encontro, Dan Ioschpe, 2º vice-presidente da Fiesp, afirmou que esse é um tema-chave na questão da reindustrialização do Brasil. "É também um tema transversal porque acaba cruzando com todos os planos e projetos para o crescimento e a recuperação da nossa indústria", afirmou.

Segundo o diretor titular adjunto do Departamento de Desenvolvimento Sustentável, Kalil Cury Filho, as agendas do Condes e do DDS têm como pautas prioritárias as questões climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono, considerando a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, a COP-30, prevista para ocorrer em novembro do próximo ano, em Belém (PA).

"Diante disso, já trouxemos para esse debate os principais interlocutores de diversos ministérios do governo federal envolvidos com as temáticas Plano Clima, Plano de Transformação Ecológica (PTE) e a Nova Indústria Brasil (NIB)", disse Kalil Cury.

Além disso, a Fiesp firmou um termo de parceria com a Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC) com o objetivo de coletar subsídios para as discussões relacionadas aos temas de economia verde, descarbonização e reindustrialização.

"Nosso papel é de ofere-

cer uma contribuição para que a Fiesp possa, entre várias outras contribuições, formar opiniões sobre o assunto dentro as suas várias facetas. O trabalho tem o mérito de mostrar restrições e apontar alguns caminhos sem pretensão de definir propostas", disse Fausto.

O tema ficou a cargo de Pedro Motta da Veiga e Sandra Polónia Rios, diretores do Centro de Integração e Desenvolvimento (Cindes).

Na apresentação, Pedro da Motta Veiga, mostrou que, no Brasil, o setor industrial ficou relativamente afastado das prioridades de política de mitigação climática, centradas no desmatamento. E que a redução do desmatamento não será suficiente para que o país cumpra as metas de sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) de 2030, a ambição climática do Bra-

sil. Há necessidade de envolver outros setores no esforço de descarbonização da economia.

Além disso, parece haver a percepção generalizada de que a retomada do dinamismo industrial passa pelo aproveitamento de oportunidades abertas pela tendência global de descarbonização.

O estudo apontou ainda que os objetivos e efeitos de políticas industriais e climáticas não convergem automaticamente: há potencial de conflitos entre as duas políticas.

São dois os nexos entre políticas industriais e políticas ambientais/climáticas:

- Reconversão ou modernização verde: componente incontornável de uma política de descarbonização da indústria, implica a adoção de processos produtivos e de tecnologias menos intensivas em emissões pelos setores indus-

triais estabelecidos.

- Diversificação verde: é a diversificação da estrutura industrial em direção a produtos verdes, notadamente bens de capital utilizados na reconversão verde dos setores estabelecidos.

O documento também mostrou que o Brasil desenvolveu iniciativas de apoio a investimentos industriais verdes, através, sobretudo, de linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em condições favoráveis e condicionadas a conteúdo local, como equipamentos edícios e de equipamentos para a geração dessa fonte de energia.

Mais recentemente, destacou Motta Veiga, a política de incentivos para o setor automotivo incorporou critérios relacionados às emissões dos veículos. Além disso, houve

aumento de tarifas de importação para veículos elétricos, painéis solares e turbinas elétricas.

O documento questiona: uma política industrial verde é possível no Brasil?

Segundo o trabalho, o país não tem os recursos e o espaço fiscal para acompanhar os esforços dos países desenvolvidos na montagem de suas políticas industriais verdes, especialmente por meio de subsídios.

O Brasil também não compete no desenvolvimento e scaling up das novas tecnologias disruptivas, que envolvem essencialmente Estados Unidos, União Europeia e China.

Por outro lado, o mercado internacional de bens verdes se desenvolveu e se estruturou em cadeias internacionais de valor nos últimos anos e tende a crescer rapidamente.

Nesse cenário, segundo o estudo, tentar, através de políticas industriais, copiar os países líderes na produção e inovação significaria condenar os setores incentivados ao mercado doméstico e à escala insuficiente para ter sucesso no mercado internacional.

O documento destaca que, visto sob a ótica das novas oportunidades e dos ativos de que o Brasil dispõe para aproveitá-los, percebe-se que as vantagens comparativas do país têm elevado grau de funcionalidade em relação aos objetivos da agenda climática.

E, com base em sua dotação de recursos naturais, o Brasil desenvolveu uma rede de empresas, instituições de pesquisa e ecossistemas de apoio que tem permitido ganhos de produtividade e inovações.

USP

Abelhas sem ferrão ajudam produtores pequenos

A criação de abelhas sem ferrão, também conhecida como meliponicultura, é uma prática cada vez mais comum e pode ser realizada por uma variada parcela da população. Ela aparece como uma alternativa à apicultura, que é a criação das tradicionais abelhas com ferrão. Michael Hrnir, professor do Instituto de Biotecnologia (IB) da USP, explica que existem cerca de 20 mil espécies de abelhas no mundo, das quais a maioria é solitária, ou seja, não formam colônias e, portanto, exigem que as fêmeas formem seus próprios ninhos para o depósito dos ovos.

De acordo com o especialista, as abelhas que se organizam em colônias e possuem divisão de trabalho são classificadas como eussociais, grupo no qual se encaixam as abelhas melíferas, ou seja, produtoras de mel. Ele afirma que a espécie mais conhecida de abelha com ferrão do País é a Apis mellifera, também chamada de abelha europeia ou africanizada. As abelhas sem ferrão, por outro lado, são parte de um grupo chamado Meliponini que conta com aproximadamente 600 espécies no mundo e têm como um dos exemplos no país a Jataí (Tetragonisca angustula), reconhecidas por serem doces e de fácil manejo.

De acordo com o docente, uma das principais diferenças entre as espécies de abelhas com e sem ferrão no país é a origem, pois, enquanto as sem ferrão são nativas do território brasileiro, as Apis mellifera foram introduzidas aqui pelos seres humanos. Por volta do ano de 1840, um padre chamado Antônio Carneiro incentivou a importação de algumas colônias de abelhas oriundas de Portugal e Espanha, as chamadas abelhas europeias, as quais encontraram dificuldades na adaptação ao clima tropical.

Durante a década de 1950, as abelhas do país enfrentavam problemas com pragas, por isso, o geneticista e professor universitário Warwick Kerr trouxe da África cerca de 50 indivíduos da espécie Apis mellifera scutellata, mais resistente e produtiva, porém mais agressiva. Hrnir explica que os animais trazidos por Kerr escaparam do viveiro onde estavam, na cidade de Rio Claro, e passaram a se reproduzir com as abelhas europeias dando origem às chamadas abelhas africanizadas, espécie que se espalhou por toda a América.

"Então a Apis mellifera é uma espécie que tem um alto potencial de sucesso ecológico, são altamente invasivas, além de serem muito mais eficientes em vários fatores do que as abelhas sem ferrão"

Legal notice for Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI) regarding the 27th March 2024 shareholders meeting. Includes agenda items 1 through 5, detailing financial reports and resolutions.

Financial statement for Fashion Office Royalties S/A for the period ending December 31, 2023. Includes balance sheet, income statement, and cash flow statement.

Legal notice for Sonda Supermercados Exportação e Importação S.A. regarding the 03rd May 2024 shareholders meeting. Includes agenda items 1 through 6.

Legal notice for U.S.J. - Açúcar e Alcool S.A. regarding the 26th July 2024 shareholders meeting. Includes agenda items 1 through 4.

Legal notice for USJ - Administração e Participações S.A. regarding the 17th July 2024 shareholders meeting. Includes agenda items 1 through 4.

Legal notice for Promon Empreendimentos e Participações S.A. regarding the 28th February 2024 shareholders meeting. Includes agenda items 1 through 4.

Legal notice for Concais S/A regarding the 28th February 2024 shareholders meeting. Includes agenda items 1 through 4.

Legal notice for LEGEND CAPITAL S.A. regarding the 30th April 2024 shareholders meeting. Includes agenda items 1 through 4.

Legal notice for Bandeirantes Deicmar Logística Integrada S.A. regarding the 15th July 2024 shareholders meeting. Includes agenda items 1 through 4.

LITERATURA

# Secretaria abre convocatória para 22ª edição da Flip 2024

Reprodução



Estão abertas até o próximo dia 28 as inscrições para fazedores de cultura do estado do Rio de Janeiro que queiram participar, gratuitamente, da Casa da Leitura e do Conhecimento.

Estão abertas até o próximo dia 28 as inscrições para fazedores de cultura do estado do Rio de Janeiro que queiram participar, gratuitamente, da Casa da Leitura e do Conhecimento, promovida pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (Secec RJ) na 22ª Feira Literária Internacional de Paraty (Flip), programada para o período de 9 a 13 de outubro, naquele município da Costa Verde fluminense. As inscrições podem ser feitas pelo site.

Este é o terceiro ano consecutivo que a Flip contará com a presença confirmada da Secec RJ, nesse espaço. "Não tenho dúvidas, tal como foram os outros anos, que vai ser muito bonito e muito emocionante, sobretudo. Tem gente que comparece à Flip pela primeira vez como artista e isso tem um poder simbólico gigante. No ano passado, por exemplo, apresentou-se no evento a Camerata de Violões de Areal. Foi lindo ver aqueles meninos lá, as pessoas que passavam diante da casa se deparando com aquilo. Foi muito emocionante", disse nesta quinta-feira (18) à Agência Brasil o superintendente de Leitura e Conhecimento da Secec RJ, Yke Leon.

A Casa da Leitura e do Conhecimento é o espaço que a Secec RJ desenvolve na Flip em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e o Poder Legislativo de Paraty, "já que,

nos outros dias do ano, funciona no local o Memorial do Paço, um museu que celebra o legado do Poder Legislativo municipal". Durante a Flip, o museu se transforma na Casa da Leitura e do Conhecimento.

A convocatória objetiva permitir que os produtores do estado possam participar do evento de forma democrática e garantir visibilidade às diferentes manifestações culturais dos territórios do Rio de Janeiro. No momento da inscrição, os proponentes deverão preencher em qual dia e turno pretendem realizar a atividade.

### Dois eixos

Yke Leon informou que a convocatória tem dois eixos. Um é ligado a apresentações artísticas, englobando contadores de histórias, apresentações musicais. "Independente da linguagem, são atividades ligadas à literatura que podem ser teatrais, musicais, contação de histórias". O outro eixo envolve palestras, mesas-redondas, lançamento de livros, roda de conversa com autor. "Uma coisa mais íntima". A Casa da Leitura e do Conhecimento ocorre em dois ambientes, sendo um aberto, com palco, onde acontecem as apresentações artísticas, e um fechado que acolhe outro tipo de programação, com palestras, oficinas, que precisam de um local mais silencioso, disse o superintendente.

A perspectiva é divulgar os

projetos selecionados até dez dias após o encerramento das inscrições, mas pode ser antes, destacou Leon. "Para artistas que nunca foram à Flip, essa é uma oportunidade incrível, sobretudo para estabelecer grandes vínculos e grandes conexões. Porque a Casa da Leitura e do Conhecimento é que nem coração de mãe: acolhe todo mundo e sempre cabe mais um".

De acordo com a Secec RJ, será considerado um mínimo de 20 propostas para serem selecionadas mas, dependendo do que será inscrito, esse número poderá se elevar para 30 projetos, em média. "Mas pode ser que esse número aumente", comentou Yke Leon. Os selecionados ganharão um 'template' (documento de conteúdo) para divulgação em suas redes e um certificado de participação, que irá somar-se ao seu portfólio.

A secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa, Danielle Barros, lembrou que o evento faz parte do calendário cultural fluminense. Após o sucesso registrado em 2022 e 2023, reforçou que a ideia é continuar com a tradição de oferecer aos visitantes o espaço mais democrático da Flip, "oportunizando o acesso à cultura através do nosso estande. Nossa intenção é construir a programação de forma que promova a classe cultural e artística do

estado. A Flip é uma vitrine muito grande para quem trabalha com literatura e, por isso, queremos alcançar o maior número de pessoas possível", disse Danielle.

### Flip

Este ano, a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) tem como curadora Ana Lima Cecilio. Com 20 anos de trabalho no universo editorial, Ana Lima traz em sua bagagem vasta experiência que visa um olhar atento e direto ao público leitor, englobando o que as pessoas andam lendo, que autores e obras têm mobilizado encontros e discussões. A 22ª Flip terá espaço também para abordar temas contemporâneos em sua programação, como a emergência climática.

A edição 2024 da Flip trará ao Brasil, pela primeira vez, um dos grandes sucessos literários internacionais recentes, que é o francês Édouard Louis. Com seis romances publicados e celebrado como uma importante voz da literatura contemporânea francesa, Édouard Louis aborda questões atuais, como masculinidade, homofobia, lutas de classe, anti-intelectualismo e a posição da mulher na sociedade patriarcal.

A Flip é realizada pelo Ministério da Cultura e governo federal, com concepção da Associação Casa Azul, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

ALERJ

## Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 é sancionada

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 (10.461/24), de autoria do Poder Executivo, foi sancionada pelo governador Cláudio Castro e publicada no Diário Oficial desta quinta-feira (18/07). A proposta prevê déficit de R\$ 13,8 bilhões para o ano que vem, com uma receita líquida estimada em R\$ 107,3 bilhões e uma despesa na casa dos R\$ 121 bilhões. A norma também apresenta estimativa de déficit para os dois anos seguintes: de R\$ 15,6 bilhões, em 2026; e de R\$ 16,3 bilhões, em 2027.

A Lei tem como objetivo apontar as prioridades orçamentárias do governo e orientar a elaboração da LOA e da revisão do Plano Plurianual (PPA). Para a execução da proposta, o Executivo utilizou estimativa de 2% da taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025, bem como um índice de variação de preços medido pelo IPCA, estimado em 3,51% para o próximo ano. Estas previsões podem ser revistas quando o governo encaminhar o projeto orçamentário.

A proposta (Projeto de Lei 3.367/24) foi baseada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (Pedes 2024-2031) - Lei 10.266/23, que estabeleceu dez missões para o desenvolvimento econômico e social do Estado, são eles: erradicação da extrema pobreza; segurança alimentar e nutricional da população fluminense; segurança hídrica no território fluminense; descarbonização do Estado do Rio de Janeiro; redução do impacto dos resíduos sólidos; vantagem competitiva associada à economia do conhecimento; ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego; economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas; garantia da segurança pública nos territórios, além da promoção das igualdades racial e de gênero.

### Vetos

Ao todo, o governador vetou 13 trechos do Projeto de Lei. A maioria dos vetos do Executivo recaiu sobre modificações ao texto original, através de emendas parlamentares feitas pelos parlamentares da Alerj. Essas modificações foram incorporadas pelo parecer da Comissão de Orçamento e por destaques de emendas aprovadas em plenário. Somente na Comissão de Orçamento, presidida pelo deputado André Corrêa (PP), houve a aprovação de 79,42% das 549 modificações elaboradas pelos deputados ao texto original. Os vetos serão novamente analisados pelo Parlamento Fluminense e poderão ser derrubados, entrando assim em vigor.

Dentre as alterações elaboradas pelos parlamentares e vetadas pelo Governo do Estado estão medidas sobre a transparência nas contas públicas e sobre as emendas impositivas ao orçamento. Também foram vedadas emendas para a revisão da concessão de incentivos fiscais e para implementação de melhorias para o funcionalismo público, como a realização de concursos públicos e a efetivação dos pisos salariais dos funcionários fluminenses.

Entre os vetos destaca-se o que previa, em até 60 dias após a sanção da lei orçamentária, a execução das emendas parlamentares impositivas que não estejam impedidas tecnicamente pelos órgãos e entidades da administração pública estadual. De acordo com o governo, a medida foi vetada por conta da inviabilidade operacional e sistêmica dos prazos propostos para a organização e desmembramentos de dados.

Houve veto também na parte que determina no desenvolvimento das ações políticas públicas e na distribuição de recursos, os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, prioridade nas regiões menos desenvolvidas e com piores indicadores sociais e econômicos do Estado do Rio. Na justificativa, o governo afirma os recursos são destinados por ações orçamentárias e estas não são regionalizadas, cabendo ao órgão ou à entidade executora da política pública identificar para quais regiões serão destinados os recursos.

**EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE QUINZE DIAS.**  
Processo: 0016025-08.2019.8.19.0038. Procedimento Ordinário. **Certidão de Publicação:** Certifico e dou fé que o edital abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 20/10/2023 e foi publicado em 10/01/2024 na(s) folha(s) 4 da edição: Ano 16 - n° 83 do DJE. O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Mariana Moreira Tangari Baptista - Juiz de Direito do Cartório da 6ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, RJ, **faz saber** aos que o presente edital com o prazo de vinte dias vierem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Dr. Mário Guimarães, 968 CEP: 26255-230 - da Luz - Nova Iguaçu - RJ e-mail: [nig06vciv@tjir.jus.br](mailto:nig06vciv@tjir.jus.br), tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Comum - Despesas Condominiais/Condomínio em Edifício, de nº 0016025-08.2019.8.19.0038, movida por **Condomínio Jardim Paradiso XIV** em face de **Dario Ramos Paixão**, objetivando . Assim, pelo presente edital cita o réu **Dario Ramos Paixão**, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC), caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Nova Iguaçu, Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três. Eu, Brunna Eduarda Ferreira Araujo - Estagiária - Matr. 12000042175, digital. E eu, Jorge Fernando Maciel da Silva - Subst. do Resp. pelo Expediente - Matr. 01/33434, o subscrevo. Nova Iguaçu, 10 de janeiro de 2024, Cartório da 6ª Vara Cível.

A Empresa LINE ENGENHARIA E PROJETOS 02 EIRELI, CNPJ/MF: 34.540.494/0001-19, solicita o comparecimento do colaborador Marcos da Silva Santos, CPF: 121.282.557-83, CTPS: 01212825 SERIE: 01212825 UF: RJ, no prazo de 03 dias, a contar da primeira data dessa publicação. O não comparecimento ou falta de justificativas caracterizará em abandono de Emprego de acordo com o artigo 482, letra I da CLT. (14,15 e 16/02/2017.)

A Empresa LINE ENGENHARIA E PROJETOS 02 EIRELI, CNPJ/MF: 34.540.494/0001-19, solicita o comparecimento do colaborador Thiago Oliveira Ferreira, CPF: 205.407.317-22, CTPS: 20540731 SERIE: 20540731 UF: RJ, no prazo de 03 dias, a contar da primeira data dessa publicação. O não comparecimento ou falta de justificativas caracterizará em abandono de Emprego de acordo com o artigo 482, letra I da CLT. (14,15 e 16/02/2017.)

**Naturgy** Comunica que, em atendimento à deliberação AGENERSA nº 4717/2024 e conforme previsto nos Contratos de Concessão assinados com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, as tarifas de gás para CONSUMIDOR LIVRE (exceto Termelétricas) com vigência a partir de 01/08/2024, em substituição à publicada em 29/06/2024, serão calculadas conforme tabela abaixo:

Tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD) já incluído o desconto de 1,9% conforme termos da Deliberação AGENERSA nº 4717/2024.	CEG	CEG RIO	
			Vigência a partir de: 01/08/2024
<b>CONSUMIDOR LIVRE</b>			
<b>Petroquímico</b>	faixa única	0,0545	0,0499
<b>Industrial</b>	0 - 200	1,7729	1,5891
	201 - 2.000	1,8547	1,4831
	2.001 - 10.000	1,5836	1,4195
	10.001 - 50.000	1,1965	0,9803
	50.001 - 100.000	0,9642	0,7907
	100.001 - 300.000	0,7166	0,5874
<b>Salineira</b>	300.001 - 600.000	0,4233	0,3472
	600.001 - 1.500.000	0,4157	0,3405
	1.500.001 - 3.000.000	0,3942	0,3228
	acima de 3.000.000	0,3216	0,2639
	0 - 200	-	3,2032
	201 - 2.000	-	1,4359
<b>Barrilista</b>	2.001 - 10.000	-	1,1571
	10.001 - 50.000	-	0,7734
	50.001 - 100.000	-	0,6239
	100.001 - 300.000	-	0,4634
	300.001 - 600.000	-	0,2738
	600.001 - 1.500.000	-	0,2686
1.500.001 - 3.000.000	-	0,2552	
acima de 3.000.000	-	0,2084	
0 - 200	-	0,4055	
201 - 2.000	-	0,2574	
2.001 - 10.000	-	0,2345	
10.001 - 50.000	-	0,2019	
50.001 - 100.000	-	0,1895	
100.001 - 300.000	-	0,1761	
300.001 - 600.000	-	0,1604	
600.001 - 1.500.000	-	0,1596	
1.500.001 - 3.000.000	-	0,1586	
acima de 3.000.000	-	0,1543	

**Notas:**  
- Gás natural: Preço de venda ao consumidor nas condições PCS: 9.400 kcal/m³, pressão = 1 atm e temperatura = 20° C.  
- As tarifas são aplicadas em cascata, ou seja, aplicam-se progressivamente, em cada uma das faixas de consumo.  
- As tarifas acima não contemplam os tributos incidentes.

**CONDOMÍNIO "VITALE ECO"**  
Estrada do Sacarrão, nº 862 - Vargem Grande - Rio de Janeiro/RJ.  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO BLOCO 02. EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** Pelo presente, a **V6 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, vem convocar os Senhores Condôminos, para **Assembleia Geral Extraordinária do bloco 2** que se realizará no dia **26 de julho de 2024 - sexta-feira, no Lead América - situado à Av. das Américas, 2.480 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ, Cep.: 22640-102 - Auditório, às 14:00 horas em 1ª convocação** ou às **14:30 horas** em segunda e última convocação, com qualquer número de Condôminos presentes, a fim de deliberarem sobre a(s) seguinte(s) Ordem(ns) do Dia: **1. Implantação do bloco 02; 2. Apresentação da Administradora; 3. Apresentação do Síndico e Conselho Fiscal; 4. Eleição do representante suplente do Conselho Fiscal; 5. Apresentação da Previsão Orçamentária; 6. Informações sobre o procedimento de entrega de chaves.** Caso não possa comparecer, o proprietário, se assim o quiser, poderá se fazer representar por procurador devidamente constituído por procuração, pública ou particular, sendo certo que o respectivo mandato deverá estar com a firma do outorgante reconhecida, conforme o estabelecido nos parágrafos 1º e 2º do art. 654 do Código Civil Brasileiro, sem o que, o mandatário estará impossibilitado de se manifestar e votar sobre as matérias constantes da ordem do dia. Outrossim, não poderão votar os promitentes compradores que estiverem em mora até a data da realização da Assembleia. Antecipando os nossos agradecimentos pela valiosa presença de V.Sas. à Assembleia, subscrevemo-nos. Atenciosamente, **V6 Empreendimentos Imobiliários Ltda.** Carlos Eduardo Felix Paiva.

**PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.**  
CNPJ nº 33.061813/0001-40 - NIRE 33.300.014.004  
**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de julho de 2024. Data, Horário e Local:** no dia 1 de julho de 2024, às 14 horas, na Sede Social da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. ("Companhia"), na Avenida República do Chile nº 330, 24º e 25º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-170. **Mesa:** Presidente: Sr. David Legeber Aguiar; Secretária: Sra. Aline Machado E. Cid. **Presença:** Acionista único, representando a totalidade do capital social da Companhia, qual seja, **Pruserviços Participações Ltda.**, representada pelos Srs. Gustavo Santos Raposo e Felipe Votto, na qualidade de Diretores Vice-Presidentes, na forma do seu Contrato Social. **Convocação:** Dispensada a publicação de edital de convocação prévia, face à presença do acionista único, nos termos do §4º do Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Ordem do Dia:** Analisar, discutir e deliberar sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Companhia para o pagamento de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio aos seus acionistas. **Deliberações:** Colocadas as matérias da ordem do dia em discussão e posterior votação, foram **aprovados**, por seu acionista único, representando a totalidade do capital social da Companhia: o pagamento de dividendos intermediários, às contas de reserva de lucros mantidas pela Companhia, conforme apurado no balanço patrimonial semestral da Companhia, levantado à data-base de 30 de junho de 2024, com base na composição acionária da Companhia na presente data, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), correspondentes a R\$ 18.563,21 (dezoito mil, quinhentos e sessenta e três reais e vinte e um centavos) por ação, já descontadas as ações em tesouraria, nos termos do artigo 34, §3º do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204, caput e parágrafo segundo, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, bem como o pagamento de juros sobre capital próprio, calculados sobre as contas de patrimônio líquido constantes do mesmo balanço patrimonial, no valor bruto de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), referente a exercícios anteriores, correspondentes a R\$ 18,56 (dezoito reais e cinquenta e seis centavos) por ação, já descontadas as ações em tesouraria. Os procedimentos relativos ao pagamento dos referidos proventos serão determinados pela Companhia e oportunamente informados aos seus acionistas. Fica decidido ainda que estão os Diretores autorizados a praticar todos os atos que se fizerem necessários com relação ao pagamento dos dividendos intermediários e dos juros sobre o capital próprio ora aprovados, os quais serão pagos até 31 de julho de 2024, sendo que farão jus ao recebimento dos proventos ora declarados todos os acionistas da Companhia nesta data. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **Mesa:** Presidente: Sr. David Legeber Aguiar; Secretária: Sra. Aline Machado E. Cid; Acionista presente: **Pruserviços Participações Ltda.**, representada pelos Srs. Gustavo Santos Raposo e Sr. Felipe Votto, na qualidade de Diretores Vice-Presidentes, Rio de Janeiro, 1 de julho de 2024. **Mesa:** David Legeber Aguiar - Presidente; Aline Machado E. Cid - Secretária; Acionista Presente: Pruserviços Participações Ltda.; Gustavo Santos Raposo - Diretor Vice-Presidente; Felipe Votto - Diretor Vice-Presidente. Jucejca nº 6335617 em 10/07/2024.